

Richard Watson - Jo 12.37-40

- [Imprimir](#)

Categoria: [Richard Watson](#)

Publicado: Quinta, 17 Maio 2007 00:00

Acessos: 1757

Jo 12.37-40

Richard Watson

(Cap 27. An Examination of Certain Passages of Scripture, Supposed to Limit the Extent of Christ's Redemption, *Theological Institutes*)

Jo 12.37-40: “E, ainda que tinha feito tantos sinais diante deles, não criam nele; para que se cumprisse a palavra do profeta Isaías, que diz: Senhor, quem creu na nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Por isso não podiam crer, então Isaías disse outra vez: Cegou-lhes os olhos, e endureceu-lhes o coração, a fim de que não vejam com os olhos, e compreendam no coração, e se convertam, e eu os cure.”

A interpretação do Sr. Scott é, à primeira vista, mais moderada do que a de muitos teólogos da mesma escola. Ela é, “Há muito eles fecharam os seus próprios olhos, e endureceram os seus próprios corações, e assim Deus abandonaria muitos deles a essa cegueira judicial, em consequência da qual tornava sua conversão e salvação impossíveis. A profecia não foi a razão ou a causa de sua perversidade, mas era a revelação do propósito de Deus, que não podia ser derrotado. Por essa razão, enquanto esta profecia se encontrava na Escritura contra aqueles, e outros de semelhante caráter, que odiavam a verdade por causa do amor do pecado, a ocorrência se tornou certa. Neste sentido é dito que eles não podiam crer.”

Que, em alguns casos especiais e graves, e especialmente naquele que consistia em atribuir os milagres de Cristo a Satanás, e dessa forma blasfemando o Espírito Santo, (casos, entretanto, que provavelmente afetariam alguns poucos indivíduos, principalmente os principais dos fariseus e rabinos do tempo de nosso Senhor,) houve semelhante abandono judicial como o Sr. Scott fala, é admitido. Mas que isto se estendia à massa dos judeus, que naquele tempo não cria na missão e milagres de Cristo, pode ser negado. O contrário deve parecer da maneira ardente na qual sua salvação foi buscada por Cristo e seus apóstolos, subsequentemente à esta declaração, e também do fato de grande quantidade destas mesmas pessoas sendo posteriormente levada a reconhecer e aceitar Cristo e sua religião. Esta é nossa objeção à primeira parte desta interpretação. Nem todo que finalmente se perde é antecipadamente abandonado à cegueira espiritual. Ser desta forma abandonado antes da morte é um processo especial, que o nosso Senhor mesmo restringe ao caso especial da blasfêmia contra o Espírito Santo. À última parte do comentário, a objeção é ainda mais forte. O Sr. Scott reconhece a cegueira perversa e obstinada destes judeus como a causa do suposto abandono judicial. Disto naturalmente seguiria que esta cegueira obstinada e este endurecimento de seus corações foi a verdadeira razão por que eles “não podiam crer,” como levando Deus a retirar seu Santo Espírito deles. Mas o Sr. Scott não pode parar aqui. Ele terá que crer numa outra causa para a sua incapacidade de crer. Não, na verdade, a profecia citada de Isaías pelo evangelista, mas “o propósito de Deus,” do qual essa predição, ele diz, foi a “revelação.” Segue, então, que eles “não podiam crer” porque era o “propósito de Deus, que não podia ser derrotado.” Consoante a isto, o Sr. Scott entende a predição como afirmando que o agente que cegou os olhos do povo reprovado, isto é, os judeus obstinados, foi o próprio Deus.

Vamos, entretanto, mais particularmente examinar esta passagem e descobriremos,

1. Que ela afirma, não que seus olhos deviam ser cegados, ou seus ouvidos fechados, por uma intervenção divina, como admitido pelo Sr. Scott e outros calvinistas. Esta idéia não é encontrada em Is 6, do qual a citação é feita. Lá o agente é descrito ser o próprio profeta. “Engorda o coração deste povo, e faze-lhe pesados os ouvidos, e fecha-lhe os olhos; para que ele não veja com os seus olhos,” etc. Agora, visto que o profeta não podia exercer nenhuma influência direta secreta sobre as mentes dos judeus desobedientes, ele deve ter cumprido esta comissão, se for tomada literalmente, pregando-lhes uma doutrina enganosa e enrijecedora, como a dos falsos profetas. Mas se, como sabemos, ele não pregou semelhante doutrina, então as palavras devem ser entendidas de acordo com o caráter distintivo da língua hebraica, que freqüentemente descreve como agente aquele que é a ocasião, embora inocente e não-intencionada, de algo sendo feito por outro. Dessa forma o profeta, em consequência da incredulidade dos judeus de seu tempo nas promessas do Messias que ele foi

ordenado comunicar, e que o levou a queixar-se, “**Quem creu na nossa pregação?**” tornou-se a ocasião dos judeus engordarem os seus próprios corações, e fazerem pesados os seus ouvidos, e fecharem os seus olhos contra seu testemunho. Os verdadeiros agentes foram, entretanto, os próprios judeus, e por todos que conheciam o caráter distintivo da língua hebraica, eles seriam entendidos como assim acusados pelo profeta. Dessa forma, as versões Septuaginta, Árabe e Siríaca, todas concordam na tradução do texto, de forma que o próprio povo, a quem o profeta escreveu, é colocado como agente na execução daquilo que, à maneira dos judeus, é atribuído ao próprio profeta. Assim também, é manifesto que São Paulo, que cita a mesma escritura, At 28.25-27, entendia o profeta: “**Bem falou o Espírito Santo a nossos pais pelo profeta Isaías, dizendo: Vai a este povo, e dize: De ouvido ouvireis, e de maneira nenhuma entendereis; e, vendo vereis, e de maneira nenhuma percebereis. Porquanto o coração deste povo está endurecido, e com os ouvidos ouviram pesadamente, e fecharam os olhos, para que nunca com os olhos vejam, nem com os ouvidos ouçam, nem do coração entendam, e se convertam, e eu os cure.**” Nem na passagem contada por São João, a cegueira dos olhos dos judeus é atribuída a Deus. Encontra-se, é verdade, em nossa versão, “**Cegou-lhes os olhos,**” etc. Mas os verbos no grego não expressam o caso nominativo, e é deixado que seja suprido pelo leitor. O contexto também não menciona o agente e, além disso, se suprimos o pronome “ele,” não podemos referi-lo a Deus, visto que a passagem encerra com uma mudança de pessoa, “**E eu os cure.**” O agente que cega e endurece, e o agente que tenta curar, não podem, por essa razão, ser o mesmo, pois eles são opostos entre si, não apenas gramaticalmente, mas no propósito e operação. Talvez o agente, então, seja “**o deus deste século,**” a quem a obra de cegar aqueles que não crêem, é expressamente atribuído pelo apóstolo Paulo; ou São João, familiar com o estilo hebraico, poderia referi-lo ao profeta, que conseqüentemente, e através da perversão obstinada dos judeus, foi a ocasião de engordar os seus corações e fechar os seus ouvidos; ou, finalmente, o verbo pessoal pode ser usado de forma impessoal, e a forma ativa pela passiva, da qual comentaristas oferecem exemplos paralelos.^[1] Mas em todas estas opiniões, o agente responsável e executor criminal é “**este povo,**” este povo perverso e obstinado, um ponto a que toda parte de suas Escrituras dão abundante testemunho.

2. Pode ser negado que a profecia de Isaías aqui citada é, como o Sr. Scott a descreve, “**uma revelação do propósito de Deus, que não podia ser derrotado.**” Uma simples profecia não é de forma alguma uma revelação de propósito, mas é a revelação de um evento futuro. Se um propósito de Deus, a ser futuramente cumprido, for revelado, esta revelação se torna mais do que uma simples profecia; ela liga o ato ao agente, e no caso diante de nós, esse agente supõe-se que seja Deus. Mas mostramos que em nenhum lugar é dito que o agente que cega os olhos e fecha os ouvidos destes perversos judeus é Deus, e portanto a profecia não é uma revelação de seu propósito. Novamente: se fosse uma revelação do propósito de Deus, não seguiria que ele não poderia ser derrotado, pois ameaças proféticas não são absolutas, mas envolvem condições. Longe de ser uma mera suposição, isto é estabelecido pela autoridade do próprio Deus Todo-poderoso, que declara, “**No momento em que falar contra uma nação, e contra um reino para arrancar, e para derrubar, e para destruir, se a tal nação, porém, contra a qual falar se converter da sua maldade, também eu me arrependerei do mal que pensava fazer-lhe.**” (Jr 18.7, 8) Aqui temos uma cominação profética pronunciada, “**no momento em que falar,**” – “**a tal nação, porém, contra a qual falar;**” temos também o propósito na mente de Deus, – “**o mal que pensava.**” E, todavia, esta predição pode falhar, e este propósito ser derrotado. Assim, no caso da arrependida Nínive, a destruição predita falhou, e o propósito indignado foi derrotado, sem qualquer depreciação dos atributos divinos. Pelo contrário, eles foram glorificados pela manifestação da combinação da justiça e graça de sua administração. O Sr. Scott, como muitos outros, argumenta como se a predição de um evento lhe desse certeza. Mas a certeza ou incerteza dos eventos não é criada pela profecia. A profecia resulta da presciência, e a presciência tem relação com o que será, mas não necessariamente com o que deve ser. Disto, entretanto, mais será falado em seu devido lugar.

3. Se pudesse fazer esta profecia exhibir tudo que os calvinistas impõem sobre ela, ela não serviria ao seu propósito. Tanto agora como antes, ela não forneceria nenhuma prova da eleição e reprobção geral, visto que ela se aplica exclusivamente à parte incrédula do povo judeu apenas, e nunca é citada, nem por São João nem por São Paulo, como o fundamento de alguma doutrina geral, seja ela qual for.

^[1] Veja *Paraphrase and Annot. e Discourse on the Five Points*, cap. 1, de Whitby.